

*Coleção*

**História Contada do**  
Banco Central do Brasil

**V**

**Ruy Leme**



*Coleção*

---

**História Contada do**  
Banco Central do Brasil

Brasília • 2019



*Coleção*

**História Contada do**  
Banco Central do Brasil

**V**

**Ruy Leme**

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca do  
Banco Central do Brasil – v. 5

Banco Central do Brasil

Ruy Leme / Banco Central do Brasil. – Brasília : Banco Central do  
Brasil, 2019

64 p. ; 23 cm. – (Coleção História Contada do Banco Central do  
Brasil; v. 5)

I. Banco Central do Brasil – História. II. Entrevista. III. Leme,  
Ruy. IV. Título. V. Coleção.

CDU 336.711(81)(091)

## Apresentação

O Banco Central do Brasil tem mais de 50 anos. A realização de entrevistas orais com personalidades que contribuíram para a sua construção faz parte da memória dessa Instituição, que tão intimamente se vincula à trajetória econômica do país.

Essas entrevistas são apresentadas nesta *Coleção História Contada do Banco Central do Brasil*, que complementa iniciativas anteriores.

É um privilégio poder apresentar esta Coleção.

As entrevistas realizadas permitem não apenas um passeio pela história, mas também vivenciar as crises, os conflitos, as escolhas realizadas e as opiniões daqueles que deram um período de suas vidas pela construção do Brasil. Ao mesmo tempo, constituem material complementar às fontes históricas tradicionais.

O conjunto de depoimentos demonstra claramente o processo de construção do Banco Central como instituição de Estado, persistente no cumprimento de sua missão. A preocupação com a edificação de uma organização com perfil técnico perpassa a todos os entrevistados. Ao mesmo tempo em que erguiam a estrutura, buscavam adotar as medidas de política econômica necessárias ao atingimento de sua missão.

É evidente, também, a continuidade de projetos entre as diversas gestões, viabilizando construções que transcendem os mandatos de seus dirigentes.

Nossa expectativa com a publicação dessas entrevistas é contribuir com uma melhor compreensão acerca da evolução da Instituição e de sua atuação.

Queremos estimular a busca por conhecimentos sobre a história econômica do país e sobre como o Banco Central busca seus objetivos de **garantir a estabilidade do poder de compra da moeda e a solidez e eficiência do sistema financeiro.**

A handwritten signature in black ink, reading "Ilan Goldfajn". The signature is fluid and cursive, with the first letters of each word being capitalized and prominent.

**Ilan Goldfajn**  
Presidente do Banco Central do Brasil

Ruy Aguiar da Silva Leme nasceu em São Paulo em 1925. Engenheiro de formação, seu primeiro emprego foi na Associação Brasileira de Cimento Portland. Algum tempo depois, montou seu próprio escritório de cálculo de concreto e prestava assessoria para grandes empresas. Simultaneamente ao exercício da Engenharia, desenvolveu importante carreira acadêmica. Criou o primeiro curso de engenharia de produção no Brasil na Escola Politécnica da USP [Universidade do Estado de São Paulo]. Após a morte de seu sogro, o professor [Carlos] Vanzolini, de quem foi discípulo, migrou para a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, onde foi diretor.

Mais voltado à atuação na iniciativa privada, manteve relações distantes com a administração pública. Não obstante, foi membro do grupo de planejamento do governo [Carlos Alberto Alves de] Carvalho Pinto, no estado de São Paulo, que geria os recursos provenientes da arrecadação do imposto sobre vendas e consignações. Por meio da participação nesse grupo, foi deslocado para atuar no Banespa [Banco do Estado de São Paulo], onde foi chefe da assessoria econômica e, posteriormente, diretor da Carteira de Expansão Econômica. Já no governo de [Humberto de Alencar] Castelo Branco, Ruy Leme foi nomeado membro do Conselho Consultivo de Planejamento (Consplan).

Em 1967, no início do governo [Artur da] Costa e Silva, [Antônio] Delfim Netto foi nomeado ministro da Fazenda e convidou Ruy Leme para ocupar o cargo de presidente do Banco Central do Brasil (BCB). O ambiente econômico do país quando de sua posse, em 30 de março de 1967, era de recessão e inflação. Com o objetivo de contribuir para o fim da retração econômica, foi o principal responsável pela elaboração das Resoluções 51 a 88, aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que deram início à reforma do sistema financeiro em 1965. As iniciativas que visavam

à redução dos custos bancários e à melhor distribuição das redes de agências encontraram boa recepção no setor financeiro. Mas aquelas que pretendiam impor algumas diretrizes para a liberação de crédito, obrigando as instituições financeiras a destinar parte de seus empréstimos para empresas nacionais e para o crédito agrícola, despertaram grande insatisfação. Essa insatisfação, segundo seu entendimento, constituiu a raiz das pressões que levaram à sua saída do BCB, em 9 de fevereiro de 1968.

As entrevistas com Ruy Leme foram realizadas em 16 e 17 de dezembro de 1997. Ele faleceu alguns dias depois, em 22 de dezembro. Nesse ano, a trajetória da economia brasileira esteve condicionada, em grande medida, ao enfrentamento dos desequilíbrios resultantes da crise asiática. A mudança no ambiente internacional não impediu, contudo, que a atividade econômica continuasse em aceleração. O crescimento de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) foi alavancado pela produção industrial, especialmente pelos segmentos de bens de capital e de bens intermediários. A taxa de inflação manteve trajetória declinante no ano, situando-se em 5,22%, de acordo com o IPCA, após alcançar 22,41% em 1995 e 9,56% em 1996. A política monetária foi flexibilizada até abril, mantendo-se estável até outubro. Ao final desse mês, com a intensificação da crise asiática, com as pressões sobre o mercado de câmbio determinando significativa perda de reservas, as taxas de juros foram elevadas de forma a onerar a manutenção de posições em moedas estrangeiras, enquanto a adoção de medidas fiscais restritivas evidenciou o esforço de curto prazo na busca pelo ajuste do setor público.

As entrevistas concedidas por Ruy Leme integram o programa de preservação da memória institucional do BCB, projeto conduzido em conjunto com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Não tendo sido publicado naquele momento, passam a integrar a *Coleção História Contada do Banco Central do Brasil*, juntamente com outros personagens relevantes da construção do BCB.

A reconstituição da construção do Banco Central por meio da história

oral relatada por seus atores permite não apenas a complementação das informações já existentes nos documentos publicados e estudos já realizados, mas também colher as avaliações, os dilemas e as escolhas, as influências de sua formação familiar e acadêmica, da rede de relações de amizade e de rivalidades, colocando o indivíduo – com seus vários graus de liberdade de atuação – e o momento histórico – com suas várias condicionantes – como agentes determinantes na edificação da instituição.

As entrevistas realizadas foram transcritas e submetidas a processo de edição, buscando-se incrementar sua transparência e clareza, mas mantendo-se fiel à narrativa, transformando-as nos volumes que compõe a *Coleção História Contada do Banco Central do Brasil*.



# Sumário

## **Introdução, 9**

Capítulo 1: O Engenheiro, 15

## **Fotos, 25**

Capítulo 2: O Economista, 29

## **Anexos, 46**

Resoluções publicadas durante a gestão de Ruy Leme, 46

Resolução 79, 56

## **Índice Onomástico, 60**



# Capítulo 1

## O Engenheiro

### Família e estudos

*Onde e quando o senhor nasceu, de onde era sua família, que profissão tinha seu pai?*

Nasci em São Paulo, capital, em 7 de maio de 1925. Meus pais eram paulistas. O ascendente estrangeiro mais próximo que tenho veio com Dom João VI em 1808 – era o brigadeiro Macedo. O resto todo é nascido em São Paulo.

Meu pai era advogado. Meu avô era genealogista, fez a genealogia paulistana. Era engenheiro também, foi o construtor da estrada de ferro Bragantina. Nasceu em Bragança, mas depois veio para São Paulo. Não tive contato com ele, morreu muito tempo antes de eu nascer. A família de minha mãe também era do interior de São Paulo, fazendeira, e mais tarde veio para a capital. Em casa, éramos três irmãos, uma mulher e dois homens. Sou o mais velho dos três.

*Sua família era religiosa?*

Meus pais eram muito religiosos, e isso me influenciou um pouco, acho. Não muito. Não sou um católico praticante. Sou católico para efeito de estatística.

*Em que colégios o senhor estudou?*

Estudei no Ginásio Bandeirantes. Morávamos em Vila Mariana. O colégio também ficava lá, e nós íamos a pé. Mas, antes do Bandeirantes, estudei numa escola particular, com dona Minervina. Eu e minha irmã estudamos com ela. Eu tinha coisa de 8, 9 anos, ela tinha 6, 7. Quando acabava a aula, voltávamos para casa de ônibus, os dois sozinhos. Pegávamos o ônibus lá na Brigadeiro Luiz Antônio

e vínhamos embora. Da primeira vez, mamãe foi esperar o ônibus e o viu vindo devagarinho. É que minha irmã tinha dito ao motorista: “Rua Vergueiro, 389”, ele achou graça e veio devagar, procurando o 389 para nós descermos. Imagine se hoje em dia uma criança de sete anos anda de ônibus sozinha!

Em casa, eu também tive uma professora de alemão desde cedo. Era moda naquela época, e eu, os primos, os filhos das amigas de mamãe, todo mundo estudava alemão. Havia uma ideia de que a Alemanha era o país do futuro, e o estudo do alemão era generalizado. Já durante a guerra, a mesma professora de alemão passou a me ensinar inglês. Meu pai disse que alemão não precisava mais.

*Que lembranças o senhor tem da guerra?*

Eu me lembro de que a condução ficou muito mais difícil. Lembro-me dos *blackouts*. Lembro-me das discussões. Eu era pró-Aliados. Os descendentes de italianos eram bem a favor do Eixo, e isso aumentava muito a discussão, todo mundo tomava parte. Mas, logo depois, o Brasil entrou na guerra e aí eles não podiam mais ser pró-Eixo.

*Como era a vida de um jovem na São Paulo do seu tempo?*

Diversão era cinema, passar férias em Valinhos. Valinhos tinha uma fonte radioativa, minha mãe fazia tratamento de águas, e todo mês de julho nós passávamos lá. Nos fins de ano, às vezes íamos para Santos. Em São Paulo, minha casa tinha um ringue de patinação atrás, e eu sempre trazia colegas para jogar *hockey*. Havia também os filhos de amigos de mamãe e papai que frequentavam a casa.

*Como foi a entrada para a universidade?*

Antigamente, o ginásio era feito em cinco anos. Entre o ginásio e a universidade, havia um pré. Eram dois anos de pré-politécnico, pré-médico etc. Pré-politécnico era o curso preparatório para engenharia civil, feito na própria Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Fiz esse curso e depois fiz cinco anos de Engenharia, tanto que me formei em 1948.

*Por que a Engenharia?*

Sempre tive jeito para a matemática. Nasci querendo ser engenheiro. Naquela época nem existia economista. Naquela época havia três carreiras: Engenharia, Medicina e Direito. O curso de Engenharia, pelo que eu posso lembrar, foi muito bom. Naquela época, eu estava entusiasmado com estruturas e tive bons professores. Lucas Nogueira Garcez,<sup>1</sup> por exemplo, que foi governador do Estado de São Paulo, foi meu professor na parte de hidráulica e saneamento, muito bom professor. Consegui fazer o curso bem, recebi até um prêmio do Instituto de Engenharia no final.

*O senhor foi para a universidade ainda durante o Estado Novo. Tem alguma lembrança política particularmente importante dessa época? Teve discussões políticas, ou não se interessava pelo assunto?*

Não tomava parte em discussões. Envolvimento, nunca tive, não. Tive colegas que andaram sendo presos porque foram passear no centro da cidade na hora indevida. Sem querer fazer política nenhuma, esses amigos meus foram presos. Mas eu, por sorte, não estava nesse grupinho que tinha ido ao centro.

*O clima do Estado Novo era muito pesado, a ditadura Vargas tinha um aspecto repressivo?*

Era pesado. A ditadura tinha um aspecto repressivo, sim. Eu me lembro perfeitamente desses meus colegas que passaram uns tempos na cadeia por nada. Nem eram de movimento político nenhum.

*A Faculdade de Direito de São Paulo era mais politizada que a Politécnica?*

Exato. A Politécnica era menos politizada. Eu, em particular, não era politizado.

---

1 Lucas Nogueira Garcez (1913-1982), engenheiro, foi eleito governador de São Paulo na legenda do Partido Social Progressista (PSP), de Ademar Pereira de Barros, em outubro de 1950, considerado como opção técnica dentro do partido para evitar disputas internas. Em 1954, deixou a vida política para retornar à universidade e ao setor privado. Foi presidente das Centrais Elétricas de São Paulo (Cesp), da Eletropaulo. Ver BELOCH, Israel (coord.) e ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, Forense Universitária, Finep, 1984.

*Não havia tradição política na sua família? Na Revolução de 1932, por exemplo, sua família não se envolveu?*

Meu pai fez a Revolução de 1932. Meu pai era separatista, era bastante a favor da revolução, fazia parte do Clube Piratininga. Mas se envolver de fato em política, acho que nunca se envolveu. Nunca foi um aspecto muito importante na vida de meu pai. Ele tinha partido político e tudo, mas nunca foi muito militante.

*O senhor se casou cedo?*

Casei quando ainda era estudante. Casei em janeiro e me formei em dezembro de 1948. Comecei a namorar minha esposa em 1943, ela havia acabado o ginásio. Parou de estudar completamente, casou e já depois de ter filhos – são cinco – voltou, fez psicologia e doutorou-se.

Quando me casei, no início fui morar com meu sogro. Eu já trabalhava na Associação Brasileira de Cimento Portland, mas ganhava muito pouco, suficiente apenas para os alfinetes. Na realidade, o que eu fazia para a Associação Brasileira de Cimento Portland era estudar. Pensando melhor, eu tinha uma bolsa. Eles faziam aquilo para fomentar o uso do concreto. Os melhores alunos entravam lá e tinham direito a ganhar alguma coisa.

## Do cálculo à engenharia de produção

*Para um engenheiro que se formava nos anos 1940 em São Paulo, qual era o horizonte profissional? Era o mundo público ou havia já um mercado privado capaz de atrair?*

Já havia um mercado privado. Eu, por exemplo, fui trabalhar em um escritório de concreto, um escritório grande, a Sociedade Comercial Produtora. Fui para lá por relações familiares e lá trabalhei durante cerca de dois anos. Depois tive um escritório de cálculo de concreto meu. Para montar escritório naquela época, não se precisava de dinheiro nenhum, era só conseguir uma sala. Meu pai tinha um

escritório de advocacia e, quando faleceu, acho que era o proprietário, praticamente, da sala. Fiquei na sala dele e montei meu escritório. Na sala de espera, botei um desenhista e fiquei calculando lá.

*Seu irmão também era engenheiro?*

Meu irmão [Plínio Aguiar da Silva Leme] também é engenheiro, formado pela Politécnica. Quando ele entrou, eu já havia saído. Cheguei a ser professor dele. O pessoal dava risada quando eu o pegava olhando para a prova do vizinho: “Plínio...”. Todo mundo ria porque ele estava querendo colar. Depois ele trabalhou comigo. Éramos eu, ele e cheguei a contratar mais um engenheiro. Contratar não, porque era tudo na base da parceria, eu não pagava salário a ninguém. Nós pegávamos os serviços, dividíamos, e eu remunerava cada um pelo que tinha trabalhado. Quando larguei o cálculo, deixei o escritório para o meu irmão. Depois ele também largou e deixou para o outro sócio.

*Por que o senhor abandonou o cálculo?*

Existe uma piada que diz que o cálculo de concreto é como o crime: não compensa. A gente fica num entusiasmo logo que se forma porque cálculo de estruturas parece muito bonito, mas depois a vida profissional é de uma monotonia. Porque tudo é pilar, viga ou laje, não sai disso. Raramente a gente pegava uma obra diferente, um negócio interessante. Era muito monótono. Eu, como outros, saí então daquilo e fui para a Estatística, para a Economia. Outros largavam e ficavam na própria Engenharia, fazendo comércio na Engenharia. O cálculo mesmo, todo mundo parava. Fiquei como professor e consultor. Tive um período de consultoria muito intenso e muito bem-sucedido.

Em 1958, por exemplo, fui chamado a ser assessor pela Bombril, onde introduzi o controle estatístico de qualidade. Por que razão esse pessoal da Bombril me procurou? Porque eu era o professor de estatística que tinha ensinado a eles, em aula, o que era controle de qualidade. Quando eles tiveram que fazer controle de qualidade, lembraram-se de mim.

*O senhor travou contato com as técnicas de controle de qualidade na universidade?*

Sou autodidata em controle de qualidade e depois introduzi a prática. Em aula, eu explicava, por exemplo, que programação linear pode ser usada para estudar qualquer coisa. Rações, por exemplo. Então, quando o indivíduo foi montar uma fábrica de ração, me chamou. Era da Duratex. Depois, uma coisa foi levando à outra. No fim, eu me recusava a começar um serviço novo, de tanto serviço que eu tinha.

*Quer dizer que, para essas assessorias, foram importantes os contatos feitos nas suas aulas na universidade?*

Sim, mas não só isso. Eu me lembro de que promovi cursos à noite com a Federação das Indústrias e o Instituto de Engenharia. Eram umas Semanas de Engenharia de Produção. Eu promovia aulas à noite, e esse pessoal que assistia às palestras ficou me conhecendo.

*Engenharia de produção era ainda uma coisa muito nova no Brasil?*

Era, mas pegou. Fui o criador da engenharia de produção no Brasil. O primeiro curso de engenharia de produção foi o da Politécnica e foi criado por mim.<sup>2</sup>

*Pelo visto, o curso de engenharia de produção não foi uma elucubração, foi uma demanda muito concreta do mercado.*

Foi. Teve muita aceitação! Quando eu criei o curso de engenharia de produção e a primeira turma se formou, mais da metade já estava empregada. Os alunos eram disputados antes de se formar.

---

2 O primeiro curso de engenharia de produção no Brasil foi oferecido pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo em 1955, como disciplina de doutoramento. O curso resultou de um projeto de cooperação da USP com professores visitantes americanos da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (Eaesp-FGV) em São Paulo. Os primeiros cursos de graduação em engenharia de produção foram oferecidos pela USP e pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) a partir de 1959. Ver ABREPO. *30 anos da Abrepo: depoimentos*. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2016.

*Qual era o conteúdo curricular desses primeiros cursos de engenharia de produção?*

Havia um curso de engenharia mecânica inicialmente, depois economia, estatística, organização administrativa e, então, controle da produção, controle de qualidade, *layout*.

*É interessante observar também que esse curso e essa prática foram introduzidos em São Paulo e não no Rio de Janeiro.*

É, a engenharia de produção nasceu comigo em São Paulo. Para o Rio, ela veio muito posteriormente. Realmente foi um negócio em que eu posso dizer que fui vitorioso. Eu me lembro de que a minha hora – eu cobrava por hora – era caríssima. Sei que construí uma casa em Ilha Bela, muito boa, só com o que eu ganhava com as minhas assessorias.

## O professor: Economia, Estatística e organizações

*Voltando um pouco atrás, como começou sua carreira de professor?*

Meu sogro, o professor Vanzolini, era o titular da cadeira de economia política, estatística aplicada e organizações administrativas da Escola Politécnica. Foi meu professor e me convidou para ser seu assistente. Fiz então a carreira docente paralelamente à vida profissional. Comecei a trabalhar com cálculo de concreto e, ao mesmo tempo, lecionava.

Eu era o segundo assistente do meu sogro, depois passei a primeiro. Quando da época do falecimento dele, fui convidado a substituí-lo. Eu me interessava por Estatística, área na qual me especializei muito de início, mas, então, fui para a área de Economia e gostei. Fiz o concurso de livre docência em 1954 e o de cátedra em 1957. Durante muitos anos, fui catedrático de economia política, estatística aplicada e organizações administrativas da Escola Politécnica da USP.

*O professor [Alexandre] Kafka, na entrevista que deu ao Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea (CPDOC),<sup>3</sup> faz elogios ao professor Vanzolini, a quem considera um dos bons economistas de São Paulo nos anos 1940. Qual é a história dele e qual a sua influência?*

O professor Vanzolini fez uma tese sobre concorrência monopolística, que não era um assunto importante naquele tempo. Era um ótimo professor. Era diretor de empresa e simultaneamente professor. Sei que era muito amigo do Kafka, falava muito nele. Era engenheiro de formação, em Economia era autodidata. Aliás, nem existia curso de Economia naquele tempo. Ele teve que estudar sozinho economia, estatística, organização. Todas essas matérias ele estudou sozinho. Eu, pelo menos, já fui aluno dele, já tive o curso dele. E depois, como na época já havia sido criada a Faculdade de Economia e Administração, eu me aproximei da Faculdade de Economia.

*O senhor diria que o curso do professor Vanzolini, no longo prazo, influenciou na sua mudança da Engenharia para a Economia?*

Foi um dos fatores que influenciaram. Gostei muito do curso dele. Agora, gostei mais da parte de Estatística. Entrei mais pensando em Estatística do que em Economia. Fui para a Economia um pouco pelo fato de ter sido convidado para substituí-lo quando morreu.

*Quais foram os economistas que mais marcaram a sua formação? Evidentemente, o senhor não é uma pessoa de esquerda.*

Não, não sou de esquerda. Também não me julgo de direita nenhuma.

*Como economista, a que tradição o senhor se filiou? Que autores o senhor lia?*

“Rachei” o [Paul Anthony] Samuelson, que era um clássico, integralmente. Como já disse, quando fui para a Economia, aproximei-me

---

3 Ver *História contada do Banco Central do Brasil, volume II: Alexandre Kafka*. Brasília-DF: Banco Central do Brasil, 2018.

do pessoal da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas. Lá havia grupos de estudo. Delfim Netto, por exemplo, fazia parte de um grupo de estudo nosso. Pegávamos um livro e ficávamos “rachando”. Tínhamos um sistema em que cada um realizava um seminário de um livro para os outros. Era um sistema autodidata coletivo. Eu me lembro de ter apresentado seminário de uns dois livros, Delfim também. Faziam parte desses grupos, entre outros, o Luiz de Freitas Bueno e o Wilfred Leslie Stevens, grande estatístico, que também lecionava lá.

*Antes da criação da Faculdade de Economia, os economistas paulistas vinham, como acontecia no Rio, não apenas da Engenharia, mas também do Direito? Octavio Gouvêa de Bulhões, por exemplo, era formado em Direito.*

Não tive convivência com o Bulhões. Em São Paulo, convivi, por exemplo, com o Luiz de Freitas Bueno, que também era engenheiro. Acho que não tive muito contato com ninguém que tivesse vindo do Direito. Talvez o nosso grupo de economistas não tenha atraído o pessoal do Direito porque tendíamos muito mais para a economia matemática. Provavelmente eles fugiam da economia matemática, enquanto nós éramos atraídos por ela. Lembro-me, por exemplo, de que nesses seminários, em que cada um lia um livro e relatava aos outros, realizei um seminário sobre programação linear, um tema bastante matemático.

*O senhor não só se aproximou, mas foi diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da USP?*

Sim. Fui diretor da Faculdade de Economia sem ter sido professor lá. Pouco tempo depois que fiz o concurso para a cátedra na Politécnica, em 1957, vagou a diretoria da Faculdade de Economia. Havia uma crise lá dentro, a faculdade não tinha congregação. A congregação deles era o Conselho Universitário, e o Conselho me elegeu diretor da faculdade. Eu era professor de economia da Escola Politécnica e fui para lá como uma espécie de interventor. Na qualidade de interventor,

consegui fazer os concursos, montei a congregação, consegui um prédio novo, fiz uma administração que fez muito sucesso.<sup>4</sup>

*Sua entrada na área de Economia foi muito marcada por demandas concretas e por estudos de natureza técnica no campo estatístico. Isso significa que não se interessava pelo debate que se travava à época na área de Economia sobre desenvolvimentismo?*

Eu não tomava muito parte nesse debate, ficava na minha consultoria. Estava interessado em economia aplicada à empresa.

*O senhor criou a Fundação Carlos Vanzolini. Quais eram os objetivos da Fundação, suas linhas de trabalho?*

A Fundação Vanzolini foi criada por mim em 1967 pelo seguinte: eu desenvolvia na cadeira de Economia uma grande atividade, dando aulas, palestras, junto com o pessoal do departamento. No departamento de engenharia de produção, eu dava cursos para industriais, para a Federação das Indústrias etc. Quando chegava a hora de receber por esses cursos, havia um problema muito sério: eu não podia receber em meu nome pessoal, porque aquilo era para os meus assistentes, e não podia receber em nome da cadeira, porque a cadeira de Economia não tinha personalidade jurídica.

Então, fui obrigado a criar uma fundação, para poder continuar exercendo todas as atividades. Foi então criada a Fundação Vanzolini, que foi a precursora das fundações. Depois dela, quase todas as escolas de São Paulo criaram as suas próprias fundações.

---

4 A Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo foi criada em 1945, ainda muito marcada por ligações com as escolas de comércio e contabilidade. Somente ao longo dos anos 1950, a Faculdade de Ciências Econômicas da USP viria a adquirir maior densidade acadêmica, o que culminou na criação do Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE) em 1960. Sobre esse processo e sobre a participação de Ruy Leme, comenta Delfim Netto: “O IPE foi uma coisa natural. Nós estávamos desenvolvendo um núcleo de estudos, que começou com um seminário que acontecia todas as sextas-feiras. Aquilo foi se acomodando, crescendo, ampliando-se. Os horários eram os mais extravagantes do mundo (...). Então esse grupo foi ali se formando, tivemos período de grande agitação, de grande confusão, e depois chegou Ruy Leme, como interventor no Conselho Universitário, para pôr ordem na escola. E eu acho que a escola deve ao Ruy Leme realmente a sua estrutura original. Ele pôs em ordem o passado, começou a fazer concursos, organizou a escola. Eu, rapidamente, fiz livre docência, depois fiz cátedra.” In: BIEDERMAN, Ciro; COZAC, Luís Felipe; e REGO, José Márcio. *Conversando com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 1996. Referências semelhantes podem ser encontradas no artigo de Delfim Netto, *Arqueologia econômica*, In: *Economia Aplicada*, vol. 1, n° 4, out-dez 1997.





Ruy Leme na comemoração dos 20 anos do Banco Central do Brasil. Brasília, 1985.



Ruy Leme, Ernane Galvão e Paulo Lira na comemoração dos 20 anos do Banco Central do Brasil. Brasília, 1985.



Ruy Leme, quando era diretor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1957.



#### No governo Carvalho Pinto

*O senhor teve uma vinculação com o governo Carvalho Pinto. Pode nos contar como foi essa experiência?*

Fui membro do grupo de planejamento do governo.<sup>5</sup> Na verdade, fui membro do grupo de planejamento do Carvalho Pinto porque era diretor da Faculdade de Economia e Administração. Foi pelo fato de ser diretor da faculdade que fui convidado.

*Havia uma vinculação entre a Faculdade de Ciências Econômicas e a administração estadual?*

Havia uma vinculação – até mais oficial – com o Instituto de Administração, que era anexo à faculdade e deveria assessorar o governo. De fato, porém, o Instituto não estava funcionando e, quando o grupo de planejamento foi formado, não se utilizou dele.

*O planejamento, vinculando a universidade ao governo, era uma iniciativa nova na administração estadual?*

---

5 Quando eleito governador de São Paulo, em 3 de outubro de 1958, Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto (1910-1985) lançou um ambicioso projeto de planejamento estadual, o Plano de Ação do Governo do Estado (Page), que daria origem a um extenso programa de investimentos nas áreas de produção de energia elétrica, produção agrícola, educação superior e fomento tecnológico. Esses investimentos seriam possíveis porque, segundo as análises do grupo de planejamento, que possuía um caráter técnico, a receita proveniente do imposto sobre vendas e consignações vinha apresentando, nos últimos anos, elevada taxa de crescimento, decorrente não só da elevação do nível de preços, mas também do ritmo de desenvolvimento econômico, especialmente do setor industrial. Ver ESTADO DE SÃO PAULO. *II Plano de Ação do Governo 1963-1966*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1962, p. 81.

O grupo de planejamento não era só vinculado à universidade. Eram oito pessoas.<sup>6</sup> Éramos eu; Delfim; Diogo [Adolpho Nunes] Gaspar, que foi trazido do Rio de Janeiro; Sebastião Advíncula [da Cunha], também do Rio de Janeiro; a professora Celeste Ângela de Souza Andrade, que era diretora do Departamento de Estatística; Paulo Menezes Mendes da Rocha, também da Poli; Orestes Gonçalves; e Ruy Miller Paiva.

*Eram todos técnicos, nenhum tinha passado político ou era vinculado ao grupo político do governador?*

Nenhum era vinculado ao grupo político do governador. Todos técnicos, sem passado político.

*O que o governador Carvalho Pinto pretendia com esse grupo de planejamento?*

Naquele tempo, houve uma mudança no imposto de vendas e consignações – que passou de uma alíquota baixa para uma alíquota muito mais elevada. Com isso, o governo ficou com um excedente considerável de recursos. O grupo de planejamento foi encarregado de planejar o que fazer com esses recursos durante o governo do Carvalho Pinto.

*Como funcionou efetivamente esse grupo de planejamento? Qual era o grau de autoridade política que o governador lhes dava, qual a relação dos senhores com o resto da administração estadual?*

Nós funcionávamos numa casa que ficava junto do palácio. E éramos muito apoiados pelo governador. Frequentemente ele nos recebia –

---

6 Sob a coordenação e orientação de Plínio de Arruda Sampaio, o “Grupo de Planejamento”, contava com: Diogo Adolpho Nunes Gaspar, economista e secretário-executivo; Celeste Ângela de Souza de Andrade, diretora do Departamento de Estatística; Paulo Menezes Mendes da Rocha, professor catedrático da Escola Politécnica da USP; Ruy Aguiar da Silva Leme, professor catedrático da Escola Politécnica da USP; Antônio Delfim Netto, assistente da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP; Sebastião Advíncula da Cunha, do Departamento Econômico do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE); Orestes Gonçalves, chefe do Gabinete dos Estudos Econômicos e Financeiros da Secretaria da Fazenda; e Ruy Miller Paiva, engenheiro agrônomo do Departamento da Produção Vegetal da Secretaria da Agricultura. Segundo o Page, a principal função do Grupo era “estudar um Plano de Ação do Governo do Estado, acompanhar a execução do Plano e proceder a sua revisão anual, a fim de adequá-lo as mutações da conjuntura econômico-financeira e as decorrentes da própria execução e funcionamento das obras, serviços e empreendimentos”.

mais de uma vez almocei com Carvalho Pinto. Ele discutia conosco o nosso plano, de maneira que o grupo tinha uma grande influência no governo.

*Quais foram os trabalhos mais importantes que o senhor julga terem saído do grupo de planejamento?*

O grupo de planejamento criou uma série de fundos, como o Fundo de Expansão Agropecuária e o Fundo de Financiamento aos Bens de Produção.<sup>7</sup> Tudo foi realizado com recursos que o governo do estado alocou junto ao Banco do Estado de São Paulo. Agora que estamos falando nisso, estou recordando qual era a minha atividade nesse tempo: fui deslocado para o Banespa para chefiar a assessoria econômica. Lá, então, era encarregado de administrar esses fundos, que foram os precursores do Programa de Financiamento à Produção e Comercialização de Máquinas e Equipamentos (Finame). Já o Fundo de Expansão Agropecuária, se foi precursor de alguma coisa, foi do Badesp. Criamos no Banespa uma carteira, a Carteira de Expansão Econômica, que deveria gerir esses fundos e que foi a precursora do Badesp.<sup>8</sup>

*A administração desses fundos era puramente profissional ou o senhor se recorda de influências políticas?*

Não tinha política não, a administração era bastante técnica. Era preciso, primeiro, fazer conhecer os fundos. Havia, então, muitas

---

7 No contexto do Plano de Ação do governo Carvalho Pinto foram criados os seguintes fundos especiais de investimento: Fundo Estadual de Construções Escolares, Fundo de Construção da Cidade Universitária, Fundo de Expansão Agropecuária, Fundo de Financiamento da Indústria de Bens de Produção e Fundo de Expansão da Indústria de Base. Inicialmente administrados pelo próprio secretariado, os fundos seriam transferidos para o Banco do Estado de São Paulo (Banespa) e, posteriormente, para o Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (Badesp). Ver ESTADO DE SÃO PAULO. *Plano de Ação do Governo 1959-1963. Administração estadual e desenvolvimento econômico e social*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1959.

8 A partir do final dos anos 1950, vários bancos estaduais começaram a ser transformados em bancos de desenvolvimento. Apesar disso, a organização dessas instituições financeiras não foi contemplada pela reforma do sistema financeiro, em 1964. Como fruto de várias pressões para a adoção de uma legislação específica, a Resolução 93 do Banco Central, de 26 de junho de 1968, finalmente regulou a constituição e o funcionamento dos bancos estaduais ou interestaduais de desenvolvimento, incluindo-os no Sistema Financeiro Nacional (SFN). A resolução oferecia várias modalidades organizacionais, entre elas a criação de um banco, a criação de carteiras específicas no banco comercial do estado ou a separação da carteira comercial das instituições de desenvolvimento já existentes. Exigia apenas que, qualquer que fosse a modalidade, as operações fossem realizadas por entidades organizadas como S.A.

incursões ao interior, onde nós fazíamos palestras divulgando os fundos, dizendo para que serviam, como eram e tudo mais. Aí recebíamos os pedidos e tínhamos que julgar esses pedidos e decidir se concedíamos ou não os recursos.

*E como os pedidos eram julgados? Pelo pessoal do banco ou pela assessoria econômica?*

Pela assessoria, que era toda subordinada a mim. O Banespa não tomava parte. Éramos um órgão praticamente externo ao Banco. Administrei esses fundos durante o governo Carvalho Pinto. Posteriormente, fui diretor da Carteira de Expansão Econômica do Banco, também para administrar esses fundos.

*Durante o governo Carvalho Pinto, foram realizados também investimentos importantes na área de educação e de pesquisa. Foram criadas a Universidade de Campinas, a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto, foram instituídos o Fundo de Construção da Cidade Universitária, o Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. O senhor estava ligado a isso também?*

Estava, vamos dizer, na etapa de planejamento. Tudo isso resultou, de alguma forma, de resoluções nossas. Por exemplo, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) foi criada com recursos do governo. Nós fomos encarregados de dizer como dividir da melhor forma possível aquele bolo de dinheiro que não estava sendo utilizado. Eu me lembro de que nós tínhamos qualquer coisa como NCR\$100 milhões (100 milhões de cruzeiros novos). Havia uma quantia livre bastante grande, e foi daí que nasceram todas essas obras do Carvalho Pinto que vocês citaram.

*Antes de ser seu colega no grupo de planejamento do governo Carvalho Pinto, Delfim Netto já convivía com o senhor na Faculdade de Economia. Que perfil o senhor traçaria dele?*

Delfim foi um jovem extremamente brilhante. Eu me lembro de que ele, naquele grupo em que fazíamos seminários, chamou nossa atenção porque era o mais moço e um dos mais vivos para fazer perguntas. Ele era formado pela própria FEA [Faculdade de Economia

e Administração]. A faculdade, na época em que o Delfim se formou, estava numa crise violenta, não tinha muitos professores bons, mas, apesar disso, ele conseguiu se tornar muito bom economista. Ficamos amigos já na própria faculdade, mas lá eu era o diretor e ele era assistente. Ele era um dos que eu procurava para conversar. Ele me aconselhava, ele e um grupinho lá dentro com quem eu me dava muito bem. Éramos muito amigos.

*Denio [Chagas] Nogueira mencionou em seu depoimento<sup>9</sup> que o senhor chegou a ser sócio de Delfim Netto.*

Não. Nós dois fazíamos consultoria. Muitas vezes, eu estava numa consultoria e chamava Delfim ou, inversamente, Delfim estava numa consultoria e me chamava. Então, possivelmente, imaginaram que nós tínhamos um escritório, mas nunca houve. Ah, não! Agora estou lembrando. Havia uma firma chamada Econ, em que o Delfim e eu éramos sócios. Acho que Diogo Gaspar e Sebastião também faziam parte da Econ. À medida que se conversa, a memória reaviva. Tenho a impressão de que a nossa colaboração no Banespa foi feita via Econ. Aliás, essa foi uma das razões da criação da Econ, porque o Banespa não tinha liberdade para contratar pessoas. Então, criou-se a Econ, que foi contratada para tocar o Fundo de Expansão Agropecuária. Agora, a Econ vivia também para outras coisas, não era só para o Banespa. Não era um escritório, vamos dizer, com uma plaquinha, mas havia uma sociedade.

## Assessoria: governo ou setor privado?

*O senhor retomou suas atividades de professor e consultor depois da experiência no governo Carvalho Pinto?*

Sim, mas devo dizer que, enquanto estive no grupo de planejamento, não me afastei das minhas outras atividades. O grupo de planejamento não era um trabalho em tempo integral, era um trabalho em que nós

---

<sup>9</sup> Ver *História contada do Banco Central do Brasil, volume III: Denio Nogueira*. Brasília-DF: Banco Central do Brasil, 2018.

nos reuníamos, uma ou duas vezes por semana, e depois voltávamos às nossas atividades. Não houve interrupção.

*Quer dizer que, nessa época, o senhor continuava na organização dos cursos de engenharia de produção e nas assessorias?*

Exatamente. Continuava tudo. O grupo de planejamento era praticamente mais uma assessoria que estava dando.

*Os economistas do Rio de Janeiro, onde o mercado privado era menos desenvolvido, tinham uma relação muito próxima com o Estado. Como era esse equilíbrio entre o mundo privado e o mundo público para os economistas de São Paulo?*

Em São Paulo, minha experiência pública foi no governo Carvalho Pinto. Depois nós não tivemos mais nenhuma relação com o governo.

*Quando Ademar de Barros sucedeu a Carvalho Pinto,<sup>10</sup> havia economistas assessorando o governo?*

Se havia, eu não sei. Nós não tínhamos nenhuma vinculação.

*Podemos considerar que, na sua vida profissional, o mundo público era um “extra”, não no sentido pejorativo, mas no sentido de uma atividade periférica?*

Era uma das atividades. Era uma assessoria como outras. Nunca nos ocupou em tempo integral, sempre tomou um tempo limitado, junto com outras assessorias.

*Então, havia em São Paulo um mercado privado com volume suficiente para manter a profissão.*

Sim. Realmente, o governo era quase que um “bico” para nós. Se em certa hora mudava o governo, nós já pensávamos nas nossas atividades privadas. Éramos muito solicitados. Como já disse anteriormente, havia fila para as minhas assessorias. Havia uma disputa, e eu não ficava procurando emprego no governo.

---

10 Carvalho Pinto transmitiu o governo do estado de São Paulo a Ademar de Barros em 1º de fevereiro de 1963.

*Como o senhor viu a participação de Carvalho Pinto no ministério de João [Belchior Marques] Goulart, após deixar o governo de São Paulo no início de 1963?*<sup>11</sup>

Acho que vi com má vontade, não simpatizei. Nem me lembrava de que ele tinha participado.

*São Paulo participou muito dos preparativos da Revolução de 1964. Qual foi sua posição nesse período?*

Eu era a favor da revolução. Eu me lembro de que era frontalmente contra o Jango. Fiquei satisfeitíssimo com a revolução. A derrubada do Jango, para mim, foi uma grande coisa. Agora, o que eu fazia? Não lembro que fizesse nada, afora ser contra.

*Instalado o governo Castelo Branco, o senhor foi nomeado membro do Conselho Consultivo de Planejamento (Consplan), não é isso?*

Sim. Roberto [de Oliveira] Campos nos convidou, a mim e ao Delfim. Havia uma reunião uma vez por semana. Mas não era só o Consplan. Havia também o Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (Epea).<sup>12</sup> O Epea, para mim, era mais uma assessoria, como as outras que eu tinha. Eu me lembro de que, uma vez por semana, eu saía às oito horas da manhã daqui de São Paulo, ia para o Rio de Janeiro, passava o dia inteirinho lá e voltava bem tarde. Era o meu dia de Epea e Consplan. Depois, mais tarde, eu tinha também o

---

11 Carvalho Pinto assumiu o Ministério da Fazenda em 21 de junho de 1963, substituindo San Tiago Dantas, em uma conjuntura difícil do governo João Goulart. Demitiu-se em 19 de dezembro do mesmo ano, pressionado pela ala esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e por banqueiros insatisfeitos com a Instrução 255 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), que determinava a aquisição compulsória de títulos públicos pelos bancos assim que fossem ultrapassadas as metas de expansão de crédito fixadas pelo governo. Ver BELOCH, Israel (coord.) e ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, Forense Universitária, Finep, 1984.

12 O Epea, mais tarde transformado no Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), e um plano de ação imediata, o Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg), constituíram instrumentos de coordenação econômica criados no início da gestão de Roberto Campos no Ministério do Planejamento do governo de Castelo Branco, em abril de 1964. Em outubro de 1964, o próprio presidente Castelo Branco anunciaria o coroamento dessa estrutura com a instalação do Consplan, composto por representantes do governo federal, das entidades de classe e dos órgãos estaduais de planejamento, e encarregado de produzir a peça básica de planejamento econômico do governo. Ver MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. *Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966)*. Rio de Janeiro: Documento Epea, nº1, 1964.

Conselho Nacional de Economia. Minha atividade no Rio era de um dia por semana.

*Quais eram os temas das pesquisas mais importantes que o senhor realizou no Epea?*

No Epea eu fiz bastante coisa. Foi lá que foi elaborado o Paeg.<sup>13</sup> Trabalhei na parte industrial. A atividade era bastante grande, o dia era bem puxado. Fui para lá com Delfim, a convite do Roberto Campos. O Epea fazia parte do Ministério do Planejamento. Lembro-me de que mais de uma vez fui almoçar com o Roberto Campos.

*Nessa época, o senhor deve ter tido um contato mais estreito com os economistas cariocas. Como era a relação entre o grupo paulista, do qual o senhor fazia parte, e o grupo do Rio, que incluía Eugênio Gudin [Filho]; o então ministro da Fazenda, Octavio Bulhões; e o ministro do Planejamento, Roberto Campos?*

Gudin e Bulhões eram, para nós, figuras de respeito. Eu me lembro de que fui convidado para jantar na casa do Gudin e, para mim, foi uma vitória. Tínhamos em São Paulo um respeito extraordinário por eles: Gudin, Bulhões e Roberto.

*O doutor Bulhões tinha criado a Sumoc, como preparação para o Banco Central. O senhor acompanhava a atuação da Sumoc, as discussões sobre a criação do Banco Central?*

Acompanhava por jornal, mas não tomava parte. Aprovava.

*Mesmo em se tratando da administração federal, continuava válido para os paulistas o argumento de que o mercado privado era mais atraente?*

Continuava válido o argumento, o mercado privado era mais atraente. Acho que não havia nenhum economista paulista envolvido na administração federal. Eu não estava muito interessado e tenho a impressão de que os outros também não. Aqui em São Paulo, o grupo de economistas incluía o Delfim, eu... havia também o Paul Hugon, por exemplo, um francês que não teve muita influência.

---

13 O Paeg foi o primeiro plano econômico do governo após o movimento político-militar de 1964.

*Os economistas de São Paulo não discutiam a reforma do sistema financeiro promovida pelo governo Castelo Branco?*

Discutíamos, sim. Quando se criou o Finasa,<sup>14</sup> por exemplo, eu me lembro de que muito do que fazíamos lá era discutir as coisas que o governo federal estava fazendo. Interessava muito aos banqueiros paulistas, ao Gastão [da Costa Carvalho] Vidigal, o que estava sendo realizado pelo governo federal. E nós realizávamos seminários sobre o que estava acontecendo no Rio.

Nessa época, eu tive toda uma assessoria de mercado financeiro junto ao grupo Finasa. O Banco Mercantil estava querendo criar um banco de investimentos e me chamou. Lembro que o Gastão Vidigal, que era o dono do banco, frequentemente tomava parte nas nossas reuniões, de tão entusiasmado que era. Banco de investimentos era alguma coisa que estava para ser criada, todo mundo falava e ninguém sabia o que era.<sup>15</sup> Foi uma corrida para ver quem criava um banco de investimentos, e o Finasa conseguiu ser o primeiro. E aí, uma vez criado, emergiu a pergunta: e agora, o que vamos fazer? Acho que o Delfim também estava nisso, foi chamado junto comigo para montar esse banco de investimentos que foi o Finasa. Saí de lá para ir para o Banco Central.

*O senhor voltou a colaborar com o governo de São Paulo após a cassação de Ademar de Barros? Houve um período curto com Laudo Natel e depois teve início o governo [Roberto Costa de] Abreu Sodré.<sup>16</sup>*

Deixa eu localizar. Abreu Sodré foi em 1967. Eu estava como diretor da Carteira de Expansão Econômica do Banespa e possivelmente colaborava com o governo Abreu Sodré.

---

14 Banco Finasa, controlado pela família Bueno Vidigal, fez parte do conglomerado Banco Mercantil de São Paulo S.A., possuía uma carteira de financiamento. Foi adquirido pelo Bradesco, passando a denominar-se Bradesco Financiamentos.

15 As sociedades e fundos de investimentos, dedicadas à aplicação de capitais em carteiras diversificadas de títulos ou valores mobiliários, estavam previstas na seção IX, artigos 49 e 50, da Lei do Mercado de Capitais, Lei 4.728, de 14 de julho de 1965. Dependiam, para seu funcionamento, de autorização prévia do Banco Central.

16 Ademar de Barros teve seus direitos políticos cassados em 5 de junho de 1966 e foi substituído no governo de São Paulo por Laudo Natel, então vice-governador. Natel completou o mandato de Ademar e passou o governo, em 31 de janeiro de 1967, a Roberto Abreu Sodré, governador escolhido com base numa lista tríplice pelo presidente Castelo Branco. Ver BELOCH, Israel (coord.) e ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, Forense Universitária, Finep, 1984.

## Presidente do Banco Central

*No início do governo Costa e Silva, em 1967, o senhor se tornou presidente do Banco Central. Como aconteceu essa nomeação?*

Delfim foi convidado para o Ministério da Fazenda. Ele tinha que ter alguém no Banco Central. Nós éramos, como dizia o Denio, sócios. Trabalhávamos sempre juntos. Eu sempre o chamava para as minhas assessorias, ele me chamava para as assessorias dele, e então, quando ele foi para o Ministério da Fazenda, convidou-me para o Banco Central.

*Parece que houve uma questão um pouco complicada. Denio Nogueira teria que ter pedido demissão e não pediu, porque tinha um mandato.<sup>17</sup> Poderia explicar como foi isso?*

O Denio tinha um mandato – quando o Banco Central foi criado, foram estabelecidos mandatos para a diretoria, que eram desconhecidos do mandato do presidente da República. A ideia era que não houvesse substituição da diretoria do Banco Central quando fosse mudado o presidente da República. Então, o Denio, que foi um dos que criaram o Banco Central, não queria de jeito nenhum sair. Queria, dentro da tese dele, continuar, porque o mandato dele talvez demorasse o tempo todo do Costa e Silva, mas houve pressão para o Denio sair.

*O senhor julgava acertada a existência de mandato para o Banco Central, ou essa era uma questão que lhe parecia menos importante?*

Menos importante, não julgava tão importante, mas eu me dei bem com o Denio, ficamos muito amigos, tivemos um bom relacionamento. Quando eu soube que ia ser presidente do Banco Central, passei quase um mês indo ao Rio de Janeiro, entrevistando os chefes de departamento do Banco Central para me inteirar dos

---

17 De acordo com a lei de criação do Banco Central, Lei 4.595, de 31 de março de 1964, a composição inicial da Diretoria era de quatro integrantes, escolhidos entre os membros nomeados do CMN, que possuíam mandato fixo. Isso conferia mandato à diretoria do BCB. O presidente Costa e Silva, contudo, não queria manter essa diretoria e pressionou para que se demitissem. Após resistir, Denio Nogueira demitiu-se no início de 1967. Ver *História contada do Banco Central do Brasil, volume III: Denio Nogueira*. Brasília-DF: Banco Central do Brasil, 2018.

assuntos. Em uma ocasião, entrevistei o Denio. De início, ele teve uma reação negativa, porque não queria sair, mas depois nós nos entendemos muito bem. No dia 31 de março, quando ele deixou a diretoria e a entregou a mim, já estávamos com boas relações. Durante o meu tempo de Banco Central inteiro, muitas vezes tive ocasião de conversar com ele sobre problemas. Trocávamos ideias e tínhamos um relacionamento muito cordial.

*O senhor levou colegas, ou assistentes seus, para o Banco Central?*

Levei assistentes. Eu tinha um grupo bom lá na Politécnica e levei vários deles para o Banco Central. No Banco Central, não podia entrar ninguém que não fosse por concurso. Tive que fazer um contrato – acho que foi via Fundação Getulio Vargas (FGV) – para trazer os meus assistentes para trabalhar no Banco Central. O único que podia entrar lá sem ser por contrato era o próprio presidente.

*Ao assumir o Banco Central, o senhor teve que deixar São Paulo e ir para o Rio de Janeiro, ou para Brasília?*

Fui muito pouco a Brasília. Talvez tenha ido a reuniões lá, mas pouquíssimas vezes. Eu ficava mais no Rio de Janeiro, mas não cheguei a me mudar com a família. Fiquei sozinho. De início, fiquei hospedado no Hotel Glória. Mais tarde, aluguei um apartamento. A intenção era – se o trabalho desse certo – levar a família, mas, como fiquei poucos meses,<sup>18</sup> não cheguei a levar ninguém. Eu também tinha um escritório do Banco Central em São Paulo e, então, viajava a São Paulo na sexta-feira ao meio-dia e voltava para o Rio na segunda-feira ao meio-dia. Sexta-feira à tarde e segunda-feira de manhã dava expediente em São Paulo. Isso tudo porque meio-dia era a melhor hora de viajar, pois não havia problemas climáticos. Evitava viajar cedo ou no fim da tarde. Costumava atender o pessoal de São Paulo em São Paulo.

---

18 De acordo com a Composição Histórica da Diretoria – por gestão dos presidentes –, Ruy Aguiar da Silva Leme tomou posse em 31 de março de 1967 e teve sua exoneração publicada em 12 de fevereiro de 1968, embora sua carta de renúncia seja datada de 6 de fevereiro desse mesmo ano.

*Como era o seu dia a dia no Banco Central?*

Lembro que era intensa a minha colaboração com o Delfim. Todo dia pela manhã, eu passava pelo escritório do Delfim para saber das novas, para conversar sobre o que tinha acontecido.

*Sobre as Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN), qual era o grau de debate que havia entre o ministro e o presidente do Banco Central?*

Funcionava assim: a resolução era mais ou menos elaborada pelo pessoal do Banco Central, pelos diretores. Depois, teria que ser submetida ao CMN para ser aprovada. Então, antes de a resolução ir para o Conselho, eu a submetia de uma forma particular ao Delfim. Quando ela ia para o Conselho, já estávamos mais ou menos de acordo, eu e o Delfim, sobre o assunto. Em geral, estando nós dois de acordo, a proposta chegava lá e era aprovada.

*Quem foram os diretores do Banco Central na sua época?*

Hélio Marques Vianna, Germano de Brito Lyra e Ary Burger. Havia também chefes de departamento com quem eu mantinha muito relacionamento. O chefe do Departamento Econômico trabalhava muito nas resoluções.<sup>19</sup> A máquina toda trabalhava nas resoluções.

*Como eram as reuniões do CMN?*

Nas reuniões do Conselho, sentavam Delfim, que como ministro da Fazenda era o presidente do Conselho; Hélio [Marcos Pena] Beltrão, que era o ministro do Planejamento; e havia mais um ministro, acho que da Indústria e Comércio, de quem não estou lembrado. Com o Beltrão, eu tinha muita interação, ele discutia muito as propostas, lembro-me bem dele. Os três ministros sentavam numa ponta, depois eu e depois os diretores do Banco Central. Eram três diretores que tinham assento. Na outra ponta, sentavam os dois representantes da iniciativa privada: um deles era o Gastão Vidigal e o outro não lembro mais quem era. Eu era uma espécie de secretário da reunião. Era eu quem apresentava os assuntos, encaminhava

---

<sup>19</sup> O chefe do Departamento Econômico entre 1964 e 1968 foi Eduardo da Silveira Gomes Junior.

a discussão. De modo geral, quando havia acordo entre mim e o ministro da Fazenda, as propostas iam sendo aprovadas. Em geral, os diretores do Banco Central votavam comigo. Os representantes externos de vez em quando discordavam, às vezes, violentamente. As discussões eram bem acaloradas, não eram nada formais. Agora, quando o Delfim queria uma coisa, ele ganhava sempre. Como disse, eu não apresentava temas sem ter conversado com ele anteriormente. Quando levava alguma coisa, era porque já o havia convencido ou ele já havia me convencido. Eu só levava propostas que já estivessem acordadas entre nós dois.

*A ida de Delfim Netto para o Ministério da Fazenda significou a adoção de uma política econômica mais expansionista do que a da equipe Bulhões-Campos. O senhor concorda que as Resoluções do CMN na sua época estavam relacionadas ao objetivo de aumentar a disponibilidade de crédito para as empresas nacionais?*

Nosso diagnóstico era de que estávamos numa situação de recessão e de inflação. A inflação já tinha diminuído bastante, estava em 40% a.a., mas a recessão era bastante grande. Então, nossa intenção era tirar o país da recessão. O ambiente era restritivo, e a tarefa do governo era sair dessa situação.

*O senhor se recorda das principais Resoluções do CMN em sua gestão?*

São do meu tempo as Resoluções 51 a 88.<sup>20</sup> A Resolução 53, por exemplo, causou uma celeuma extraordinária: foi aquela que obrigou as instituições financeiras a reservarem 50% dos recursos para as empresas nacionais. Teve uma repercussão violenta. Lembro-me também da Resolução 72, que disciplinava a abertura das agências. Cheguei até a fazer um modelo econométrico para estabelecer o número de agências que devia haver em cada cidade. Depois que eu saí do Banco Central, publiquei um artigo sobre quantas agências deveriam existir numa praça. Naquele tempo, um grande problema do sistema bancário era que havia muitas agências, eram agências que não acabavam mais. Era preciso fechar algumas.

---

20 As ementas das resoluções do Banco Central publicadas na gestão de Ruy Leme estão no Anexo I.

*Os banqueiros concordavam que se limitasse o número de agências bancárias a serem abertas?*

Era proibidíssimo abrir uma agência. O problema era fechar. Que não se podia abrir era ponto pacífico, porque era opinião geral de que o número de agências era excessivo. Lembro-me de que apresentei minha pesquisa mostrando o número ótimo de agências por praça em um congresso em Recife e que ela foi muito bem recebida pelos próprios banqueiros. Quem estava assistindo ao congresso eram apenas banqueiros, e meu relacionamento com eles era bom. Com o Setúbal, por exemplo, relacionávamo-nos otimamente. Havia banqueiros que falavam a mesma língua que nós. Estava lá eu, na frente, fazendo a minha exposição, e eles a apoiar, a discutir. Falávamos a mesma língua.

Ainda com relação às agências, portanto, acho que havia esse acordo geral. A redução do número não foi algo que tenha causado atritos. Recordo que tanto a Resolução 72 como a 73, 74 e 75 foram discutidas no Congresso de Bancos de Recife. Lá me reuni com os banqueiros, e discutimos tudo o que poderia ser feito para reduzir os custos bancários. Tendo assessorado o Banco Mercantil, eu já tinha ideias de medidas que podiam ser implementadas nesse sentido. Essas resoluções permitiram reduzir em muito os custos dos bancos, e me tornaram muito popular. Nessa época, eu estava em lua de mel com os banqueiros. Eles realmente me colocaram no céu logo após esse congresso. Foi só depois das Resoluções 79, 80, 85 e 86 que o ambiente ficou desagradável, pois tive que colocar a taxa de juros mais baixa.<sup>21</sup>

Na verdade, essas resoluções provocaram minha saída. O problema era que, se o banco quisesse trabalhar com um depósito compulsório menor, teria que operar com taxas de juros de até 12%a.a. Essa limitação da taxa de juros irritou profundamente o sistema bancário. Criou um tumulto extraordinário. Como eu era o responsável pela ideia – levei o CMN a votar essas Resoluções –, quando ocorreu a celeuma toda, achei melhor me retirar. Por exemplo, o Hélio Beltrão, que era o ministro do Planejamento, não tinha culpa nenhuma naquilo. Ao final, eu convenci a todos de que era uma boa coisa. Lembro

---

21 O texto da Resolução 79 do Banco Central está no Anexo II.

que Beltrão se convenceu e disse: “O presidente do Banco Central tem razão”. Essa celeuma foi a razão pela qual saí do Banco Central.

*Naquela época, podemos considerar que o Banco Central tinha duas grandes tarefas: de um lado, a regulamentação do sistema financeiro e, de outro, a mudança da legislação cambial. As Resoluções 81, 82 e 83 continham medidas preparatórias das minidesvalorizações. Foi-se inclusive buscar Paulo [H. Pereira] Lira no Fundo Monetário Internacional (FMI) para ajudar nesse processo. O senhor está lembrado disso?*

Lembro-me perfeitamente de que nós estávamos muito fracos em matéria de câmbio. Então, para mexer no câmbio, tínhamos que procurar alguém que entendesse do assunto e, por isso, chamamos o Paulo Lira. Mas as Resoluções sobre câmbio já são das vésperas da minha saída. Essas Resoluções, penso que foi Paulo Lira quem estudou.

*Sua saída do Banco Central foi, então, resultado de pressão direta do setor bancário?*

Havia um ambiente desfavorável a mim. Por exemplo, fui com a minha mulher a uma festa de Ano Bom na casa de não me lembro mais quem, e havia diversos banqueiros lá. Estavam todos de nariz torcido comigo, olhavam-me com olhar de poucos amigos. O ambiente era muito antipático em relação a mim.

*E como o ministro Delfim se comportou nesse momento? E o presidente Costa e Silva?*

O Delfim me deu apoio, sempre. Lembro que foram falar com ele e ele me apoiou. Partiu de mim chegar lá e dizer: “Delfim, acho que vou embora, porque criei esse ambiente e, então, cabe a mim cair fora”. Aí ele concordou. Já Costa e Silva e eu nunca simpatizamos muito. Recordo que, nas festas a que eu ia, a primeira coisa que fazia era ir cumprimentá-lo, mas nunca simpatizamos um com o outro. Entretanto, não lembro que tenha havido qualquer coisa. O Costa e Silva era meio distante, não interferia, nunca iria interferir.

Vieram me contar que, mais de uma vez, houve pessoas que sugeriram ao Costa e Silva que eu saísse, e que o Delfim me defendeu muito.

Vieram me dizer que o Delfim era muito meu amigo, que tinha me defendido muito, mas não foi nessa ocasião. Não foi ligado à minha saída. Eram casos anteriores.

*A versão que temos sobre sua saída é de que o senhor deu uma entrevista na televisão, Costa e Silva não gostou, chamou o ministro Delfim e exigiu que ele o demitisse. Delfim, inclusive, teria se sentido muito mal, porque tinha muita admiração pelo senhor.*

É possível que eu tenha dado alguma entrevista, não lembro. É possível que o Costa e Silva não tenha gostado, isso tudo é possível. Mas que o Costa e Silva tenha exigido do Delfim a minha demissão, não é verdade. A minha demissão partiu de mim. Eu criei um mal-estar. Então, cheguei para Delfim e afirmei: “Delfim, sou eu que tenho que cair fora, porque eu que criei essa situação”. Estava uma situação desagradável. Mas não partiu do Costa e Silva para o Delfim e do Delfim para mim. Fui eu que fui ao Delfim.

## Um aposentado feliz

*Sua experiência no Banco Central foi um acidente na sua vida ou foi uma coisa que o entusiasmou?*

Eu realmente fiquei muito entusiasmado no Banco Central. Mas também fiquei satisfeito por terminar. Considerei uma experiência muito boa, válida. Mas realmente senti que foi muito trabalhosa, muito cansativa. De maneira que, quando terminou, também fiquei satisfeito, nesse sentido. Gostei de voltar para a minha cátedra, voltar a dar aulas, voltar à minha vida de consultor. A minha vida também era muito boa. Economicamente, o Banco Central foi um prejuízo. Eu ganhava muito como consultor e, no Banco Central, passei um período financeiramente muito mais limitado.

*Depois do Banco Central, o senhor não se envolveu mais com questões relativas à gestão da economia nem no estado de São Paulo?*

Não. Depois, o que houve de governador em São Paulo? Paulo Egydio [Martins] e depois Paulo [Salim] Maluf. Não tive relacionamento com nenhum dos dois. Só universidade e consultoria privada, consultoria de investimentos. Em 1967, criei a Fundação Vanzolini, que já mencionei.

*Como o senhor vê o Plano Real?*

Só pelos resultados, vemos que o Plano Real deu muito certo. Fui acompanhando todos esses planos pelo jornal, alguns com bastante ceticismo. Vi o Plano Cruzado com ceticismo, talvez porque não simpatizasse com o [José] Sarney [Costa] e com as equipes dele. Já o Fernando Henrique [Cardoso], gosto muito dele. Ele foi meu companheiro de conselho universitário na USP. Era representante dos assistentes quando eu era diretor da Faculdade de Economia, e nós dois tínhamos assento no conselho. Sempre tive uma simpatia muito grande por ele.

*O senhor teve uma vida intensa na universidade: foi professor de vários cursos de pós-graduação, deu cursos no exterior, exerceu cargos de direção. Quando o senhor se aposentou?*

Em 1992. Atualmente sou um aposentado feliz da vida.

### Resoluções publicadas durante a gestão de Ruy Leme<sup>22, 23</sup>

#### Resolução 51, 4/5/1967

Assunto: Autorização aos bancos comerciais para realizar operações de financiamento habitacional, como agentes do banco nacional da habitação. Apresenta minuta de resolução elaborada pelo banco central e pelo banco nacional da habitação, em que são estabelecidas as condições básicas para o financiamento, pela rede bancaria, de projetos habitacionais.

#### Resolução 52, 4/5/1967

Assunto: Associações de poupanças e empréstimos – autorização para a constituição e funcionamento. Anteprojeto de regulamento elaborado pelo Banco Nacional da Habitação (BNH).

#### Resolução 53, 11/5/1967

Assunto: Crescimento de instituições financeiras estrangeiras existentes no país – aquisição de controle acionário de bancos nacionais por grupos estrangeiros – medidas restritivas para aplicação

---

22 Todas encontram-se revogadas.

23 <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/buscaNormativo.asp?tema=&sttRow=0&refinadorTipo=&refinadorRevogado=&tipo=P&tipoDocumento=9&numero=&conteudo=&dataInicioBusca=31%2F01%2F1967&dataFimBusca=12%2F02%2F1968>

de recursos de grupos estrangeiros no país – fixação de prazo para que as instituições financeiras se ajustem ao limite permitido para aplicação do capital estrangeiro.

### Resolução 54, 11/5/1967

Assunto: Créditos para investimentos – alteração nos limites e encargos financeiros. Revogação dos itens I, II, e III da Resolução 416, de 26/1/1977.

### Resolução 55, 22/5/1967

Assunto: Comissão consultiva de mercado de capitais – inclusão de representantes do comércio, da indústria e dos bancos privados de investimento.

### Resolução 56, 22/5/1967

Assunto: Sociedades de crédito, financiamento e investimento e do tipo misto e de investimento – a autorização para funcionamento de novas sociedades, a transformação de empresas em bancos dessa natureza e a elevação do capital social mínimo serão concedidas em função das suas áreas de ação e da localização de suas sedes ou dependências, respeitados os limites estabelecidos nesta resolução. Revogação da Circular 21, de 21/12/1965 e da Instrução Sumoc 246, de 3/9/1963.

### Resolução 57, 22/5/1967

Assunto: Bancos de investimento e de desenvolvimento – elevação do capital mínimo – a autorização para funcionamento de novos bancos privados de investimento ou de desenvolvimento, ou a transformação

de empresas em bancos de investimento ou de desenvolvimento, serão concedidas em função das áreas de ação e da localização de suas sedes ou dependências, respeitados os limites de capital estabelecidos por região geográfica.

### Resolução 58, 2/6/1967

Assunto: Dispensa da emissão de guia de embarque nas exportações negociadas em cruzeiros de produtos não incluídos nas listas anexas à Resolução 12, de 16/3/1967, do Concex, destinadas ao Paraguai, através de Foz do Iguaçu (PR), Ponta Porã (MT), e Bela Vista (MT) – zonas de fronteira.

### Resolução 59, 21/7/1967

Assunto: Normas complementares à Resolução 44, de 28/12/1966 – solicita o Sindicato Nacional da Indústria de Tratores, Caminhões, Automóveis e Veículos Similares sejam estabelecidas as condições que vigoraram em 1966 para os financiamentos aos agricultores, destinados à aquisição de tratores e máquinas agrícolas – manutenção do grupo de trabalho, criado pelo Conselho Monetário Nacional em 2/12/1966, para realização dos estudos.

### Resolução 60, 24/7/1967

Assunto: Altera normas relativas à compra e à venda de ações.

### Resolução 61, 24/7/1967

Assunto: Incremento do mercado de ações e atividade das bolsas de valores – Fundos de Investimento 157 – Redução da taxa de

corretagem estabelecida pelo regulamento anexo à Resolução 39 em até 80% ao valor fixado.

### Resolução 62, 17/8/1967

Assunto: Câmbio manual – normas a serem observadas na condução das operações.

### Resolução 63, 21/8/1967

Assunto: Faculta aos bancos de investimento ou de desenvolvimento privados e aos bancos comerciais autorizados a operar em câmbio promoverem a contratação direta de empréstimos externos destinados a ser repassados a empresas no país.

### Resolução 64, 23/8/1967

Assunto: Inclusão do banco nacional de desenvolvimento econômico entre os bancos referidos no item I da Resolução 63, de 21/8/1967, nas operações de repasse.

### Resolução 65, 5/9/1967

Assunto: Regulamentação do Decreto-Lei 263, de 28/2/1967 – resgate de títulos públicos federais sem cláusula de correção monetária.

### Resolução 66, 12/9/1967

Assunto: Comissão consultiva bancária – ampliação de sua composição, dos atuais dezesseis integrantes para dezessete, incluindo representante dos bancos privados de investimento.

## Resolução 67, 21/9/1967

Assunto: Regulamentação de consórcios de bens móveis – normas para a abertura e manutenção de contas de depósitos.

## Resolução 68, 21/9/1967

Assunto: Redução do percentual de repasse obrigatório nas compras de moeda estrangeira relativas a exportações de café – revogação do item IV da Instrução Sumoc 283 – ampliação da margem de disponibilidade de divisas nos estabelecimentos bancários que negociarem cambiais de exportação de café.

## Resolução 69, 22/9/1967

Assunto: Fixa percentual de 10% do valor total dos depósitos dos bancos em aplicação de operações de crédito rural.

## Resolução 70, 13/10/1967

Assunto: Intermediação obrigatória, nas operações de câmbio, das sociedades ou firmas corretoras – prorrogação do prazo fixado pela Resolução 38, de 15/10/1966, para os atuais corretores de fundos públicos intermediarem em câmbio – independentemente da obrigatoriedade de se transformar em firma individual.

## Resolução 71, 1/11/1967

Assunto: Financiamento da produção dos produtos manufaturados destinados a exportação – redução dos custos financeiros como medida de incentivo a exportação. Os contratos de financiamento aprovados por esta regulamentação não ultrapassarão o prazo de um ano – farão jus aos benefícios as empresas selecionadas pela Cacex,

mediante prévio compromisso de exportação e que constarão de listas encaminhadas pelo Banco Central aos estabelecimentos bancários.

### Resolução 72, 17/11/1967

Assunto: Política para abertura de novas agencias de estabelecimentos bancários – estabelecimento das seguintes medidas que objetivam corrigir o superdimensionamento e a má distribuição da rede bancária brasileira: 1) suspender, durante os anos de 1968 e 1969, a outorga de autorizações para abertura de novas agências e filiais de estabelecimentos bancários; ii) limitar a concessão de autorização para instalação de agências aos bancos oficiais e caixas econômicas, exclusivamente nos casos de praças inteiramente desassistidas, pelas quais não se tenham interessado os bancos privados e mediante exame acurado de cada caso; iii) subordinar a transferência de agências a um programa de melhor distribuição da rede bancária nacional; e iv) sobrestar, até que seja definido o programa de que trata o item iii, o exame de pedidos de transferência de agências de estabelecimentos bancários e caixas econômicas existentes até a presente data, excetuados os amparados na regra fixada no item XI da Resolução 43, de 28/12/1966.

### Resolução 73, 17/11/1967

Assunto: Tarifas para prestação de serviços bancários – cobrança pelas instituições financeiras.

### Resolução 74, 17/11/1967

Assunto: Chancela mecânica no cheque – institui regulamento para utilização de assinatura mecânica em cheques – a utilização da chancela mecânica em cheques será precedida de convenção entre partes, emitente (ou endossante) e banco sacado, que: a) observará as normas de segurança abaixo instituídas, sem prejuízo de outras

que pactuarem; b) limitará o uso a cheques fornecidos pelo banco, quando se tratar de emissão, ou fornecidos por outro banco, quando se tratar de endosso; c) eximirá, obrigatoriamente, o banco da responsabilidade por uso indevido da chancela; e d) admitirá cláusula que regule a contratação de seguros dos riscos cabíveis – poderá a chancela mecânica ser usada por banco em cheques de sua emissão e contra sua própria caixa (Decreto 24.777, de 14/3/1934) e na emissão de “cheques de viagem”, regulamentados pela Instrução 237, de 26/3/1963, da superintendência da moeda e do crédito.

### Resolução 75, 17/11/1967

Assunto: Microfilmagem de cheques de contas correntes – autoriza aos bancos e casas bancárias o uso da faculdade legal de fazer prova, em juízo ou fora dele, da movimentação de contas corrente, mediante processo de microfilmagem dos cheques, os quais poderão ser devolvidos ao respectivo emitente, obedecidas a normas constantes do regulamento a ser baixado pelo Banco Central, por ocasião do VI Congresso Nacional de Bancos.

### Resolução 76, 22/11/1967

Assunto: Sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários regulamentação – registro e funcionamento – revogação da Resolução 48, de 10/3/1967.

### Resolução 77, 23/11/1967

Assunto: Financiamento ao consumidor de pelo menos 50% das operações pactuadas pelas sociedades de crédito, financiamento e investimento e do tipo misto – proibição de cláusula de retrovenda antecipada dos títulos aceitos ou emitidos.

## Resolução 78, 20/12/1967

Assunto: Isenção de encargos de natureza cambial nas operações contratadas com base nas Resoluções 63, de 21/8/1967 e 64, de 23/8/1967, atribuídas as transações concretizadas ao amparo da Instrução Sumoc 289, de 14/1/1965.

## Resolução 79, 26/12/1967

Assunto: Depósito compulsório – redução da taxa de juros dos recolhimentos compulsórios – distribuição em diferentes categorias.

## Resolução 80, 26/12/1967

Assunto: Bancos de investimento ou desenvolvimento privados e sociedades de crédito, financiamento e mistas – limitação de suas operações ativas aos níveis de 5/12/1967, exceto as operações baseadas na Resolução 63, de 21/8/1967.

## Resolução 81, 3/1/1968

Assunto: Normas aplicáveis aos pedidos de autorização para operar em câmbio – condições básicas para o capital exigido – constituição de um fundo de reserva de risco em operações de câmbio – revogação das Instruções Sumoc 43, de 27/5/1952; 46, de 20/2/1953; 68, de 4/9/1953.

## Resolução 82, 3/1/1968

Assunto: Importações – alterações da sistemática em vigor – permissão para fechamento de câmbio também após a internação da mercadoria – obrigatoriedade da prévia emissão de guia de importação, licença de importação ou declaração, conforme o caso, para o fechamento do câmbio.

## Resolução 83, 3/1/1968

Assunto: Cobertura cambial para as remessas destinadas ao pagamento de empréstimos contraídos conforme Resoluções 63, de 21/8/1967 e 64, de 23/8/1967 – revogação da faculdade de contratar cambio para liquidação futura, concedida aos tomadores de empréstimos externos nos termos da Instrução Sumoc 289.

## Resolução 84, 3/1/1968

Assunto: Posições de câmbio – registro das operações de câmbio sacado manual – vendas de câmbio para atender a gastos pessoais de viajantes, introduzindo procedimento burocrático mais simplificado – revoga os itens II e IV da Resolução 62, de 17/8/1967.

## Resolução 85, 4/1/1968

Assunto: Sociedade de crédito, financiamento e investimento – taxas operacionais e de captação de recursos – normas disciplinadoras da concorrência entre essas instituições.

## Resolução 86, 12/1/1968

Assunto: Normas complementares à sistemática de que trata a Resolução 79, de 26/12/1967, sobre operações ativas – custo do dinheiro.

## Resolução 87, 24/1/1968

Assunto: Bancos privados de investimento – normas para assunção de novas responsabilidades por aceite em títulos cambiários.

## Resolução 88, 30/1/1968

Assunto: Registro de emissões e colocação de valores e títulos mobiliários mediante oferta pública – disciplina o registro das pessoas jurídicas de direito privado, inclusive as sociedades de economia mista, emissoras de títulos e valores mobiliários, negociáveis em bolsa de valores e nos demais integrantes do sistema de distribuição no mercado de capitais, bem como o registro das respectivas emissões – revogação dos itens X e XI da Circular 89, de 28/4/1967.

## Anexo II

### Resolução 79

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma da deliberação do Conselho Monetário Nacional, em sessão de 20.12.67, de acordo com o disposto nos arts. 4º, inciso XIV, e 9º, da Lei nº 4.595, de 31.12.1964, e no Decreto-lei nº 108, de 17.1.67, e

#### CONSIDERANDO

- ser objetivo das autoridades monetárias promover estímulos para a redução da taxa de juros;

- que o depósito compulsório, além de sua função precípua de controle dos meios de pagamentos, também pode ser utilizado na consecução daquele objetivo através da variação de seu percentual global e de sua decomposição em parcelas remuneradas e não remuneradas;

- que a situação conjuntural aconselha manter a orientação fundamental da sistemática vigente do depósito compulsório para atingir sua função precípua;

- que é factível o atendimento concomitante da situação conjuntural e da orientação que se deseja imprimir aos depósitos compulsórios, delimitando as parcelas remuneradas e não remuneradas na sua atual sistemática, com o acréscimo de uma nova componente cuja fixação de percentual e de remuneração estimule a redução da taxa de juros; e, finalmente,

- que essa política não deve contrariar o propósito das autoridades monetárias de estimular as aplicações em crédito rural,

## RESOLVE:

I - Fixar prazo até 15.1.68 para que os Estabelecimentos Bancários comuniquem ao Banco Central sua decisão de se enquadrarem nas condições estabelecidas no item I da Resolução nº 72, de 17.11.67, no que diz respeito à cobrança da taxa máxima de juros até 1% ao mês em suas operações, acrescida de comissões e despesas que não ultrapassem a mesma percentagem.

Os bancos que fizerem esta opção se obrigam a divulgar de modo explícito, em toda e qualquer publicidade, bem como a afixar em suas sedes e agências, em local de fácil acesso ao público, as taxas e comissões cobradas em suas operações.

II - Manter os dispositivos em vigor que disciplinam o recolhimento de depósitos compulsórios dos Estabelecimentos Bancários.

III - Definir a delimitação das parcelas remuneradas e não remuneradas do depósito compulsório, obedecida a atual sistemática, como segue:

## REMUNERADAS

1 - para os recolhimentos realizados na forma do item IV da Resolução nº 5, de 26.8.65, alterado pela Resolução nº 10, de 26.11.65,

a) em Títulos Públicos Federais

20% dos recolhimentos efetuados ou, respectivamente, 5%, 2.8% e 0.8% sobre os depósitos dos Estabelecimentos Bancários;

b) em operações rurais ou subscrição de bônus agrícola.

10% dos recolhimentos efetuados ou, respectivamente, 2.5%, 1.4% e 0.4% sobre os depósitos dos Estabelecimentos Bancários;

2 - para os recolhimentos realizados na forma do item V da Resolução nº 5, de 26.8.65, alterado pela Resolução nº 10, de 26.11.65,

a) em Títulos Públicos Federais

20% dos recolhimentos efetuados ou, respectivamente, 3.2%, 1.8% e 0.8% sobre os depósitos dos Estabelecimentos Bancários;

b) em operações rurais ou subscrição de bônus agrícola

10% dos recolhimentos efetuados ou, respectivamente, 1.6%, 0.9% e 0.4% sobre os depósitos dos Estabelecimentos Bancários;

## NÃO REMUNERADAS

3 - para os recolhimentos em espécie,

a) 17.5%, 9.8% e 2.8%, respectivamente, sobre os depósitos dos Estabelecimentos Bancários, calculados como disciplinado no item IV, da Resolução nº 5;

b) 11.2%, 6.3% e 2.8%, respectivamente, sobre os depósitos dos Estabelecimentos Bancários, calculados como disciplinado no item V da Resolução nº 5.

IV - Estabelecer que 45% do aumento de depósitos, verificados a partir de 5.12.67, serão recolhidos, adicionalmente, ao Banco Central que abonará juros de 4% a.a.

V - Elevar para 55% a obrigatoriedade a que se refere o item precedente para os Estabelecimentos Bancários que não se enquadrarem no disposto no item I, desta Resolução, sendo que nesses casos sobre o recolhimento adicional não se abonará qualquer remuneração.

VI - Determinar que os Estabelecimentos Bancários não poderão reduzir o volume de aplicações que, em cumprimento do disposto na Resolução nº 69, de 22.9.67, já destinaram às atividades rurais e deverão doravante ampliá-lo em escala não inferior a 20% do crescimento mensal de seus depósitos.

Rio de Janeiro-GB, 26 de dezembro de 1967

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Ruy Aguiar da Silva Leme  
Presidente

# Índice Onomástico

## A

ANDRADE, Celeste Ângela de Souza de	30
-------------------------------------	----

## B

BARROS, Ademar Pereira de	17, 34, 37
---------------------------	------------

BELTRÃO, Hélio Marcos Pena	40, 42, 43
----------------------------	------------

BUENO, Luiz de Freitas	23
------------------------	----

BULHÕES, Octavio Gouvêa de	23, 36, 41
----------------------------	------------

BURGER, Ary	40
-------------	----

## C

CAMPOS, Roberto de Oliveira	35, 36, 41
-----------------------------	------------

CARDOSO, Fernando Henrique	45
----------------------------	----

CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar	9, 35, 37
-------------------------------------	-----------

COZAC, Luís Felipe	24
--------------------	----

CUNHA, Sebastião Advíncula da	30
-------------------------------	----

## D

DELFIN NETTO, Antônio	9, 23, 24, 30, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 43, 44
-----------------------	--

## G

GARCEZ, Lucas Nogueira	17
------------------------	----

GASPAR, Diogo Adolpho Nunes	30, 33
-----------------------------	--------

GONÇALVES, Orestes	30
--------------------	----

GOULART, João Belchior Marques	35
--------------------------------	----

GUDIN FILHO, Eugênio	36
----------------------	----

## H

HUGON, Paul	36
-------------	----

## J

(JANGO) v. GOULART, João Belchior Marques	35
---	----

## K

KAFKA, Alexandre	22
------------------	----

**L**

LEME, Plínio Aguiar da Silva	19
LIRA, Paulo H. Pereira	27, 43
LYRA, Germano de Brito	40

**M**

MALUF, Paulo Salim	45
MARTINS, Paulo Egydio	45

**N**

NATEL, Laudo	37
NOGUEIRA, Denio Chagas	33, 38

**P**

PAIVA, Ruy Miller	30
PINTO, Carlos Alberto Alves de Carvalho	9, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35

**R**

REGO, José Márcio	24
ROCHA, Paulo Menezes Mendes da	30

**S**

SAMUELSON, Paul Anthony	22
SARNEY COSTA, José	45
SILVA, Artur da Costa e	9, 38, 43, 44
SODRÉ, Roberto Costa de Abreu	37
STEVENS, Wilfred Leslie	23

**V**

VANZOLINI, Carlos	9, 21, 22
VIANNA, Hélio Marques	40
VIDIGAL, Gastão da Costa Carvalho	37, 40







**BANCO CENTRAL  
DO BRASIL**

**EU REALMENTE FIQUEI MUITO ENTUSIASMADO**  
no Banco Central. Mas também fiquei satisfeito por  
terminar. Considerei uma experiência muito boa, válida.

**RUY LEME**

Ex-Presidente do  
Banco Central do Brasil